

“A PESQUISADORA DO CRIME”: notas antropológicas de uma arriscada observação participante com mulheres praticantes de atividades ilícitas

Luciana Ribeiro de Oliveira **

Resumo

Este artigo tem o objetivo de relatar e analisar os fragmentos, as percepções e alguns questionamentos obtidos durante o trabalho de campo realizado pela autora para o seu estudo de doutoramento em antropologia. O texto aborda questões éticas e metodológicas de pesquisa com um grupo social específico: mulheres jovens praticantes de atividades ilícitas exercendo posição de liderança. Devido às características ilícitas do grupo pesquisado, mais do que uma explicitação dos métodos e das técnicas decorridas no estudo, seu foco de compreensão se volta principalmente para os dilemas éticos desse tipo de pesquisa, e também, para alguns limites no que diz respeito à realização do trabalho de campo e à divulgação dos resultados, com base principalmente nas leituras e análises realizadas por Clifford Geertz (1989; 2001; 2002) e Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2010). O exercício do relativismo, a prática da observação participante, a condição de ilegalidade das práticas das interlocutoras, os riscos e medos enfrentados, os vínculos e permissões estabelecidas, as escolhas e os cuidados ético-metodológicos, as questões confidenciais envolvidas e suas implicações para a pesquisa norteiam toda a análise aqui apresentada que lança mão de uma lógica não vulnerabilizada da criminalidade feminina.

Palavras-chave: Trabalho de campo. Mulheres Jovens. Praticantes de Atividades Ilícitas. Liderança Criminosa.

Abstract

This article aims to describe and analyze the fragments, some questions and perceptions obtained during fieldwork conducted by the author for her doctoral study in anthropology. The text addresses ethical and methodological research with a particular social group: young women practicing illegal activities exerting leadership position. Due to the characteristics of the illegal group surveyed more than an explanation of the methods and techniques elapsed in the study, the focus of understanding is concerned principally with the ethical dilemmas of this kind of research, and also for some limits with regard to the implementation fieldwork and dissemination of results, based mainly on reading and analysis by Clifford Geertz (1989, 2001, 2002) and Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2010). The exercise of relativism, the practice of participant observation, the condition of illegality of the practices of the interlocutors, the risks and fears faced, links and permissions set choices and care ethical and methodological issues involved confidential and its implications for research guide throughout the analysis presented here that makes use of a not vulnerable female crime logic.

Keywords: Fieldwork. Young women. Practitioners of illicit activities. Criminal leadership.

· O artigo faz parte da tese de doutoramento em Antropologia intitulada “Crime é ‘coisa de mulher’: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE”, defendida na UFPE no ano de 2012.

** Psicóloga Clínica, especialista em Psicologia Social pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), mestre e doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE); e-mail: lulucaribeiro@ig.com.br.

Recife, 29 de setembro de 2010. Na entrada da Colônia Penal do Recife/PE, (prisão feminina) três homens armados e ao fundo, no corredor de acesso, sessenta mulheres presas¹ enfileiradas aguardando a transferência para uma penitenciária feminina recém aberta em cidade próxima. Na fila, muita cordialidade e certa intimidade entre as mulheres presas, os homens agentes penitenciários e suas armas. Na mesa de entrada, algumas dezenas de algemas prateadas aguardando as mulheres. Não pude ficar para ver a saída delas, pois tinha que ir ao encontro da agente penitenciária responsável em autorizar a realização de pesquisas no local, mas pude passar, pela primeira, de muitas vezes, pelo estreito corredor de entrada do presídio e por entre as mulheres, as algemas, o detector de metais, os homens e as armas. Questões de gênero e jogos de poder velados por regras de convivência e princípios institucionais normatizadores que o campo de pesquisa escancarava já em nosso primeiro contato.

Recife, 12 de janeiro de 2010. Nos arquivos de atendimento do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) da cidade de Recife/PE, abro pasta por pasta e leio as anotações, procurando mulheres jovens que se encaixem num perfil de “garotas mal comportadas” ou de “meninas perigosas”. Para isso, tento ler as comentários das(os) profissionais que as acompanham (psicólogas/os, assistentes sociais, pedagogas(os) e orientadoras/es sociais) procurando relatos de práticas ilícitas cometidas pelas jovens que respondessem processos em liberdade e que dessem indícios de formas de se comportar baseadas na liderança de empreendimentos ilícitos. Nesse primeiro momento, estive à procura daquelas que chamassem a atenção pela especificidade do que seria inusitado de ser praticado ilicitamente por uma mulher e que, de certa forma, quebrassem com a lógica naturalizada socialmente de passividade e de submissão feminina. A busca foi atingida um mês depois de meu contato inicial, quando consegui juntar algumas jovens em medida socioeducativa de liberdade assistida (indicadas pelos profissionais que as acompanhavam) na sala do referido serviço para explicar-lhes a pesquisa a ser realizada. Eram mulheres jovens, uma a uma, a passar na minha frente, rebolando, estufando o peito e questionando aquele momento – o que era e quanto tempo seria: “*O que é isso aqui, hein?!*”; “*Eu não gosto de ficar em sala com a porta fechada não, viu!*”; “*Vai demorar?*”

¹ A referida instituição prisional opta por chamar as mulheres que lá se encontram de “reeducandas”. Optei pela nomenclatura social mais habitual de “presas” não carregada de uma linguagem institucional.

Prisão e liberdade: estas são as primeiras observações realizadas em meu caderno de campo para a pesquisa de doutorado em Antropologia que empreendi. Observações e contatos iniciais que delinearão o perfil das interlocutoras: mulheres jovens entre 18 e 29 anos de idade em situação de privação de liberdade aguardando julgamento (as chamo de “mulheres presas”); e mulheres jovens entre 17 e 21 anos de idade em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida (as chamo de “mulheres em liberdade”). Todas, praticantes de atividades ilícitas na posição de liderança.

No campo de pesquisa, a busca pelas interlocutoras tornou-se fácil quando percebi que as mulheres jovens que procurava se distinguiam com bastante facilidade das demais mulheres também atuantes em atividades ilícitas, tanto em número encontrado, quanto em formas de se comportar, de se relacionar e de pensar as suas práticas. Estas se apresentavam na participação em pequenos furtos (em sua maioria, realizados na companhia e sob a liderança de namorados ou companheiros); na atuação no tráfico de entorpecentes (geralmente em posições subalternas, realizando a venda de pequenas quantidades e/ou no transporte das drogas); e também, na agressão a companheiros motivada por ciúme ou por violência doméstica sofrida. Já as interlocutoras deste estudo comumente atuavam em: assaltos de grande porte a empunhar armas; formação de quadrilhas na posição de chefia das mesmas; atividades de estelionato, realizando empréstimos em nome de outras pessoas; tráfico de entorpecentes na posição de chefes e/ou de administradoras do comércio ilegal; elaboração e execução de sequestros, homicídios e agressões corporais. Mulheres jovens que apresentavam comportamentos de liderança e comando, assumindo uma posição ativa de enfrentamento e de tomada de decisões, tanto nos momentos de planejamento, como nos momentos de execução das práticas ilícitas empreendidas. Mulheres que demonstravam quebrar com as expectativas sociais de obediência, submissão e docilidade feminina alicerçadas por um poder patriarcal ainda vigente em nossa sociedade, que produz e reforça a ideia histórica de uma mulher frágil e naturalmente inabilitada para cometer atos violentos.

Nesse contexto, a pesquisa de campo foi conduzida pela alternância de entrevistas individuais e em grupo, conversas informais e momentos de convívio com as jovens interlocutoras. Ao todo, os diálogos e contatos com as mulheres presas ocorreram num período de quatro meses (de setembro a dezembro de 2010), e com as mulheres em liberdade, duraram um período de um ano e cinco meses (de janeiro de 2010 a junho de 2011). A análise dos dados constituiu-se na apreciação de um conjunto de entrevistas e conversas com as interlocutoras focando nas suas compreensões, escolhas e significações sobre o ser mulher,

jovem e praticante de atividades ilícitas, ampliando discussões em torno das referidas temáticas (gênero, geração e criminalidade).

Os referenciais teóricos utilizados no referido estudo se alternam principalmente entre as bases de análise das teorias feministas de Henrietta Moore² na compreensão das relações de poder que circundam as práticas criminosas femininas a partir da análise entre as identidades de gênero e os discursos de gênero; as teorias da performance e da manipulação identitária de Ervin Goffman³ a analisar os desempenhos e as identidades encenadas e visualizadas nos relatos das mulheres a respeito de suas operações criminosas; as teorias interacionistas do desvio de Howard Becker⁴ com ênfase no estudo do desenvolvimento das carreiras criminosas das praticantes de crimes a partir do processo de interação social; e os estudos dos “modelos de sociabilidade identificados socialmente como violentos” de Theophilos Rifiotis⁵, partindo de uma visão positivada da violência com ênfase na capacidade estruturante e produtiva dos conflitos, que possibilita a realização de uma “desconstrução positiva” dos crimes praticados pelas mulheres pesquisadas.

Porém, diante das questões de espaço inerentes a um artigo científico, escolho por ressaltar aqui as observações a respeito do trabalho de campo realizado para a mencionada pesquisa, que se apresenta bem mais ampla. Seguem-se então, com base principalmente nas leituras e análises realizadas a partir de Clifford Geertz⁶ e Luís Roberto Cardoso de Oliveira⁷, alguns fragmentos dos caminhos percorridos, das percepções tidas, dos questionamentos feitos e dos sentimentos despertados por uma antropóloga em sua observação participante.

Dialogando no campo

O fluir do diálogo com as interlocutoras, presas e em liberdade, individual e em grupo, necessitou de uma abertura mútua para que o entendimento entre nós acontecesse: o ato de

² MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In: *Cadernos Pagu*. v.14, pp.13-44, 2000; MOORE, Henrietta. *Antropología Y Feminismo*. Madri: Edciones Cátedra; Universitat de València; Instituto de La Mujer, cuarta edición, 2004.

³ GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 2008; GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

⁴ BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução Maria Luiza de Borges; revisão técnica: Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

⁵ RIFIOTIS, Theophilos. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais. In: *Revista de Ciências Sociais/UFC*. Fortaleza: v.37, n.2, pp.27-33, 2006; RIFIOTIS, Theophilos. Violência e poder: avesso do avesso? In: NOBRE, Renato Freire (org.). *O pensamento social: dissonâncias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989; GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Tradução Vera Ribeiro; revisão técnica: Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

⁷ CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília (UNB), 2010

dialogar, algo que parecia tão cotidiano, durante a imersão no campo de pesquisa acabava por receber contornos próprios. O que acontecia entre nós era muito mais que simplesmente entrevistar ou falar com alguém, era compartilhar e se aproximar do mundo de significações do outro.

Porém, para que nosso diálogo acontecesse e para que o curso das falas (minha e delas) não assumisse uma compreensão errônea, tive que acessar um repertório de expressões verbais não utilizadas por mim em meu cotidiano, aprendendo a falar a “língua” que estava a interpretar e que era própria das praticantes de atividades ilícitas com quem eu estava a estabelecer contato. Pois, como destacou Geertz⁸, “o que procuramos, no sentido mais amplo do termo, compreende muito mais do que simplesmente falar, é conversar com os nativos, o que é muito mais difícil”. Logo, o “falar” na prática do campo de pesquisa empreende negociações e traduções. A linguagem não é neutra ou separada de conteúdos, assim sendo, era preciso respeitar o “vocabulário de sentidos” expressado pelas interlocutoras.

Para entender o curso da nossa fala e seus contextos, e envolver-me de fato em uma situação dialógica, minha vivência prévia de pesquisa em mestrado⁹ com homens jovens infratores ajudou-me, de maneira considerável, a compreender e também a empreender palavras e termos mais próximos do cotidiano da ilegalidade dessas mulheres. Assim, “meter uma parada” (praticar um ato ilícito), “dar a fita” (descrever quais as facilidades de determinada prática ilícita em determinado local), “estar de cima” (estar armada/o), “cair” (ser apreendida/o), dentre tantos outros, apesar de não fazerem parte de minha linguagem habitual cotidiana, eram de meu conhecimento e se tornavam facilmente compreendidos por mim no contexto de nossos diálogos. Isso facilitou tanto a formação de vínculos, quanto o meu acesso e conhecimento a outras expressões próprias do exercício da prática ilegal feminina: “noiada” (dependente química), “rocheda” (valente), “vacilona” (que não segue as regras da criminalidade: que é apreendida com facilidade, ou ainda, que denuncia companheiros/os quando se sente acuada), etc. Assim, diante da necessidade antropológica de não obter apenas as falas das interlocutoras, mas também, de conversar com elas enxergando “por sobre seus ombros” (GEERTZ)¹⁰, segui na tentativa de compreender seus relatos e traçar caminhos para o entendimento da produção de sentidos no cotidiano dessa criminalidade feminina.

⁸ Ibidem, p.24.

⁹ RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana M.. *Meninos bandidos?* Interfaces entre Criminalidade e Identidade Masculina em Homens Jovens. Recife, 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁰ Ibidem.

Portanto, posicionei seus relatos não só como representações e simbolismos que adquirem sentidos através de suas falas, mas também, como objeto de cunho científico essencial nas suas identificações de si mesmas. Pois, era através destes, juntamente com as impressões recebidas por elas dos outros e do mundo, que a modelação de suas identidades parecia acontecer e se tornar acessível, sendo possível observar as interconexões entre os aspectos performáticos de suas linguagens – quando, em que condições, com que intenção, de que modo – e as condições de produção entendidas aqui tanto a partir do contexto social, interacional e histórico.

Para além de compreender palavras, foi necessário compreender as mulheres em seus pensamentos, ideias e comportamentos: uma verdadeira imersão em seus textos narrados, mediada pela linguagem, a partir de uma base compreensiva relacional partida do pressuposto da análise interpretativa antropológica. Esta me possibilitou metodologicamente não estacionar na mera interpretação de dados, sendo possível também trabalhar analiticamente os limites, mecanismos e sentidos como parte dos processos de significação que as interlocutoras empreendiam. Em outras palavras, fui em busca dos sentidos das falas produzidas a partir de situações específicas, com sujeitos específicos. Sentidos que têm a ver com o que é dito, mas também com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi, fazendo os sujeitos (pesquisadora e interlocutoras) e os seus múltiplos sentidos se movimentarem, significando suas inserções e permanências na ilicitude.

Logo, a análise interpretativa antropológica apresentou-se, no campo de pesquisa, como a melhor forma para se compreender e interpretar para além das evidências (o dito e o não dito), acolhendo os discursos das jovens praticantes de atividades ilícitas a partir de suas histórias, singularidades e mecanismos relacionais, contemplando os processos de produção de sentidos nas condições em que ocorreram e realizando uma mediação teórica a partir deles.

A “pesquisadora do crime”: uma arriscada observação participante

A prática da observação participante, para a ciência antropológica, apresenta-se como um olhar científico treinado que auxilia na descrição e na interpretação de situações quando da ocorrência espontânea e participativa do fato estudado. Ela possibilita unir o objeto estudado ao seu contexto, quebrando com a lógica de uma antropologia apenas de gabinete.

Desde Malinowski¹¹ e sua inserção entre os nativos da Ilhas Trombriand no Pacífico Ocidental, já se destacava a importância do pesquisador partir para uma pesquisa *in loco*, permitindo-se viver com os povos estudados por um período de tempo, aprendendo a sua língua e participando de seu cotidiano.

Porém, o estudar mulheres praticantes de atividades ilícitas me fez pensar sobre o trabalho da observação participante em si e de como isso poderia ser aplicado especificamente a tal estudo. A condição de ilegalidade das práticas das interlocutoras me impedia o exercício da observação participante no sentido tradicional malinowskiano do termo. Para mim, seria impróprio presenciá-las atuando em suas práticas ilícitas: empunhando armas, rendendo vítimas, realizando ameaças, sequestrando pessoas, roubando coisas, realizando fugas, dentre outras situações próprias de suas atuações criminosas. E, mesmo que acreditasse ser adequado para a pesquisa tal observação, não acredito que elas permitiriam a minha presença no momento de seus arriscados empreendimentos.

Na verdade, minha observação participante envolveu-se dos encontros e diálogos (individuais e em grupo) com as interlocutoras nos momentos e situações posteriores e decorrentes de suas práticas ilícitas: a prisão e a liberdade. Sendo possível considerar, tal como Zaluar¹² havia sinalizado, “a dimensão da subjetividade dos pesquisados”, pois, estar com elas (presas ou em liberdade) provocou a possibilidade do olhar, do ouvir e do escrever a partir desses lugares vivenciados por elas, que ainda me soavam bem arriscados. Eram lugares, vivências e subjetividades que posicionavam a pesquisa em um “estar lá” e que também davam ao estudo o caráter do “*métier* antropológico” (GEERTZ)¹³, necessários à prática da observação participante. E, mesmo não estando presente nos momentos das suas práticas ilícitas em si, estava sendo aceita como parceira em conversações para reconstituir os sentidos da cultura local que estudava.

Ao sistematizar o método etnográfico de pesquisa, Malinowski apontou os imponderáveis da pesquisa de campo como partes constitutivas da experiência antropológica em favor da produção do conhecimento. De Malinowski até os dias atuais, é possível escutar inúmeros antropólogos a narrar histórias e desafios enfrentados por eles em meio ao processo de incursão etnográfica: conflitos, guerras, acidentes, doenças, mortes, inseguranças, ameaças,

¹¹ MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. Coleção Os Pensadores, 43. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

¹² ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. In: *MANA*. Rio de Janeiro: v.15, n.2: pp.557-584, 2009, p.566.

¹³ *Ibidem*.

medos, assédios, chantagens, dentre outros que, segundo Fleischer & Bonetti¹⁴, nos fazem aprender a lidar de forma intuitiva e experimental com tais imponderáveis e vicissitudes que implicam em “riscos” associados ao fazer etnográfico, os quais nem sempre constam em nossas análises textuais.

Portanto, estar ao lado das mulheres interlocutoras desta pesquisa, observando, dialogando e interagindo, sempre me pareceu um risco por si só. Realizar a pesquisa de campo foi possuir um sentimento de medo constante: medo de estar a encontrar com as jovens em seus locais de moradia, geralmente favelas dominadas por gangues locais; medo em ter que negociar minha circulação com traficantes para a realização de entrevistas ocorridas nas proximidades às suas “bocas”; medo da posse de informações detalhadas de práticas ilícitas realizadas e nunca descobertas; medo de me transformar em um arquivo vivo; medo de adentrar semanalmente por entre os corredores e as grades de um presídio feminino com todos os fantasmas sociais que criamos ao longo da história sobre as(os) criminosas(os); medo ao escutar relatos das práticas corporais violentas e dos atos ilícitos cometidos por minhas interlocutoras narrados com riqueza de detalhes e que me faziam imaginar mentalmente a cena do crime; medo de me roubarem os dados coletados e utilizá-los como denúncia às minhas interlocutoras; medo de incriminá-las, mesmo sem querer; e, acima de tudo, medo de não conseguir voltar ao campo no dia seguinte.

Contudo, reafirmo as idéias de Geertz¹⁵ quando destaca que “não há melhor tarefa para um estudioso do que destruir um medo”. Eu gostava dos riscos, dos perigos, da adrenalina, dos medos vencidos e do lado extraordinário das relações com as interlocutoras. Afinal, era-me possível exorcizar meus demônios narrando as vivências tidas em campo aos próximos a mim e aos meus pares acadêmicos, tendo olhares e comentários admirados para a coragem de mulher e de pesquisadora. Eu tinha o orgulho da bravura entrelaçada em minhas narrativas a respeito dos desafios imponderáveis de meu trabalho de campo e me sentia uma verdadeira antropóloga-heroína. Um certo ar de *glamour* pairava nos riscos por mim positivados, porque eu também podia ser uma moça corajosa, quase que como uma “*semioutsider*” (SCOTT)¹⁶,

¹⁴ FLEISCHER, Soraya; BONETTI, Alinne (orgs). Etnografia arriscada: dos limites entre vicissitudes e ‘riscos’ no fazer etnográfico contemporâneo. In: *Revista Teoria & Pesquisa*. v. XIX, n.02. UFSCar, 2010.

¹⁵ *Ibidem*, p.47.

¹⁶ SCOTT, Russel Parry. Relatos de violência e a masculinidade juvenil In: QUADROS, Marion Teodósio de; LEWIS, Liana (orgs.). *Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência*. Recife: Editora Universitária da UFPE, série Família e Gênero n.13, 2011.

aproximando-me de minhas interlocutoras. Esse era o meu particular “*anthropological blues*” (DaMATTA)¹⁷ a potencializar sentidos numa arriscada observação participante.

E assim, durante minhas incursões no campo de pesquisa, por algumas interlocutoras fui compreendida como pesquisadora e aceita como tal. Por outras, adquiri sentimentos de confiança, fui benquista em suas vidas e em suas redes de relacionamentos. Tal como Foote-Whyte¹⁸ em Cornerville, aprendi que as minhas interlocutoras não esperavam que eu fosse totalmente igual a elas (por mais que realmente fosse – mulher e jovem – fato que em muito facilitou as aproximações iniciais, as identificações e o tom de confiança de algumas conversas com certas interlocutoras). Elas me viam como diferente e isso se tornou fundamental para que eu também pudesse compreender meu papel diferenciado durante o estudo que empreendia; eu era a “pesquisadora do crime”, como algumas me apelidaram, legitimando-me enquanto cientista social.

Para além dos riscos, com algumas interlocutoras formei laços de empatia e identificação semelhantes aos de amizade, chegando a fazer passeios de lazer e sendo chamada para participar de encontros familiares; visitar uma delas no hospital, quando do nascimento de sua filha; e ainda, ir para batizados e festas de aniversários. A respeito dessas situações de maior proximidade vivenciadas entre pesquisadores e interlocutores, Cardoso de Oliveira¹⁹ alega que “a rigor, em nenhuma pesquisa de campo bem-sucedida, na qual o antropólogo convive com o grupo pesquisado por um período razoável, ele estabelece relações apenas de pesquisa com seus interlocutores”, sendo difícil evitar que relações de amizade não ocorram. Posso chegar a afirmar que algumas delas me tinham consideração: eu me sentia “considerada”. Sentimento de confiança muito exaltado por elas como necessário para se ter uma “amizade verdadeira” com outra mulher. Uma pessoa “amiga” ou uma pessoa de “consideração”. Tenho consciência que isso também acabava por ser uma forma de me proteger do risco que eu poderia correr se não fosse bem quista por elas.

Relativizando riscos: confidencialidade e ética na pesquisa

Durante a pesquisa em si, como estratégia relativizadora, tentei ver os atos ilícitos praticados pelas interlocutoras como uma escolha de vida, como tantas outras que se pode fazer diante das alternativas que se tem. Tarefa nada fácil, pois que durante a incursão no

¹⁷ DaMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (org). *A aventura sociológica*. Biblioteca de ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹⁸ FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução Márcia L. de Oliveira; revisão técnica Karina Kuschnir; apresentação Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

¹⁹ Ibidem, p.37.

campo de pesquisa, esforçava-me em compreender as visões e percepções das interlocutoras a respeito de suas práticas ilícitas. Evitava estimular diálogos em que falássemos de culpas ou de arrependimentos, tentando dar uma conotação mais espontânea, positiva e menos embasada de julgamentos morais tradicionais e normatizadores. Não se tratava de criar um “vácuo moral” (GEERTZ)²⁰, mas sim, de treinar um olhar para as interlocutoras, para os suas práticas ilícitas e para mim mesma de uma forma mais alargada e distanciada – fria, porém interessada – descolada de um discurso normalista que versaria sobre violências, criminalidades e culpas, e que facilmente beiraria a dramaticidade negativa e caótica.

E, como bem afirmou Geertz²¹, “o distanciamento provém não do desinteresse, mas de um tipo de interesse flexível o bastante para suportar uma enorme tensão entre a reação moral e a observação científica”. Assim, a tentativa empreendida era de relativizar práticas e valores de pessoas que partilhavam de um mesmo universo geracional e de gênero que o meu e o de tantas outras mulheres jovens, mas que possuíam diferenças culturais, realidades sociais e sentidos específicos que precisavam ser compreendidos através de um interesse flexível o bastante para possibilitar a criação de vias mais eficazes de compreensão.

Porém, apesar do compromisso profissional que havia empreendido de encarar a pesquisa de forma relativizadora e do esforço pessoal em tentar deixar as interlocutoras falarem livremente e de não transmitir juízos de valor extremistas e normatizadores que, acredito, poderiam limitar ou mesmo bloquear suas falas, em alguns momentos fui estimulada por elas mesmas a falar o que achava e sentia a respeito de suas práticas – *“Diz aí o que tu acha de mim”*; *“Eu acho que não sou normal. O que tu acha?”*; *“Tu deve ficar pirada com as coisas que tu escuta aqui, né?”*.

As falas e questionamentos das interlocutoras evidenciavam expectativas e curiosidades a respeito da pesquisadora, provavelmente advindas do fato de usar uma abordagem diferente do usual ao reagir às suas práticas ilícitas. Porém, reagir diferentemente, mesmo que com uma perspectiva relativizadora, também traz implicações para a pesquisa que podem ser visualizadas na presença de algumas falas positivadas e, por vezes, estereotipadas das interlocutoras a respeito das suas habilidades e capacidades criminosas – *“Sou fria e calculista, faço o que tem que ser feito, mato e não sinto culpa, nem fico tendo pesadelos com as vítimas depois do acontecido”*.

Por entre curiosidades, sentimentos, ausências e estereotípias, as interlocutoras afirmavam ter consciência da ilegalidade de seus atos e do estranhamento ou mesmo da

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem, p.46.

repulsa que estes provocavam na maioria das pessoas. Ferreira²² aponta que o antropólogo tem o relativismo como ferramenta metodológica que o ajuda a se colocar em perspectiva e a entender o ponto de vista do outro. Sinto que essa foi uma boa estratégia para negociar nossos diálogos e de possibilitar outras formas de contato. Não me livrei de meus julgamentos e crenças, nem era essa minha intenção, pelo contrário, foram encontros e diálogos que favoreceram momentos de muita reflexão, nos quais pude exercitar a compreensão de outras formas de pensar e de atuar como pesquisadora. Em alguns momentos não consegui disfarçar meus incômodos e estranhamentos, mas consegui relativizá-los e falar sobre eles para algumas interlocutoras de outra forma, de outro lugar, e assim, percebendo também, os outros lugares em que elas se colocavam.

Contudo, em certos momentos, a ferramenta do relativismo e seus mecanismos de desprendimento não me foram tão eficazes, especialmente nos relatos de violências praticadas que se finalizavam com a morte dolorosa das vítimas – *“Seduzi, sequestrei e levei ele de carro pra um matagal com a ajuda de alguns amigos, que achavam que a gente só ia dar um susto, uma lição no carinha, mas eu já tinha saído de casa pronta para matar. Ele era bonito, pra quem gostava do tipo, ele dava um caldo. Mas eu tava decidida a matar e eu sabia que eu só ia conseguir sossegar depois que eu arrancasse a cabeça dele e foi o que eu fiz, cortei ele todo e fiquei esperando ele morrer. Já não agüentava mais ele gritando e gemendo e pedindo por Deus e por um monte de coisas (...). Eu mandava ele morrer logo e ele não morria. –* Esses relatos me provocavam questionamentos a ponto de meus sentimentos ficarem visíveis na face, quase que desenhados por expressões de horror frente a histórias detalhadas de práticas de agressão e tortura. Situação que acredito ter bloqueado alguns diálogos, mas que, em outros, abriu margem para que as interlocutoras se sentissem ainda mais incitadas a falar por perceberem que estavam a me chocar, uma sensação de poder que visivelmente parecia agradá-las. Nesses casos, de maneira espontânea e não proposital, minha ferramenta metodológica acabou se constituindo na exposição de meus sentimentos de estranhamento que potencializavam suas falas.

Essas mulheres se mostravam muito diferentes do perfil feminino que a sociedade está acostumada a moldar historicamente – frágeis e submissas. Elas se apresentavam não apenas como mulheres fortes e valentes, mas também, frias e cruéis. Escutei relatos de continuidades de envolvimento com a criminalidade e tomei conhecimento de atos ilícitos praticados no

²² FERREIRA, Luciane Ouriques. A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e Regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília (UNB), 2010.

passado pelas interlocutoras e que se encontravam impunes – *“Mas esse cara não foi o primeiro que cortei e matei, o primeiro foi meu ex-marido, só que nunca respondi por isso, nesse eu soube fazer. Eu peguei ele na cama com outro homem, amarrei ele, cortei o pinto dele, enfiei na boca dele e fiquei assistindo ele morrer sangrando, sentada na frente dele, tomando cerveja e cheirando pó, curtindo o meu momento. Sei que não existe crime perfeito, mas eu sei como fazer sem deixar rastro. Quem sabe um dia eu chego lá”*. – Por vezes, saía do campo de pesquisa perdida em meio a dados comprometedores e que me causavam estranhamento e receio, fazendo-me dar conta do risco que corria por me sentir uma espécie de arquivo secreto vivo a circular pela cidade.

Um ponto importante a ser ressaltado, e que embasa esse meu receio com as informações coletadas, constituiu-se no fato de que um dos locais utilizados para contato com algumas de minhas interlocutoras constituía-se em um Presídio, ou seja, as mulheres que ali se encontravam estavam aguardando audiência para serem sentenciadas e, em seguida, serem ou não transferidas para a penitenciária feminina do Estado e lá cumprirem a sua sentença. Diante disso, muito do que elas me falavam, se descoberto, poderia ser uma fonte de dados incriminatória em seus julgamentos, ou seja, constituíam-se em informações que poderiam influenciar suas sentenças ainda não definidas judicialmente.

Nos estudos antropológicos, segundo Ferreira²³, a ética está vinculada ao plano das relações sociais, dizendo respeito à linguagem e à comunicação. A pesquisa abarca uma relação dialógica voltada para a compreensão do outro e que se consolida a partir dos vínculos e permissões estabelecidas entre pesquisador e pesquisados. Diante disso, percebo que o consentimento dado pelas interlocutoras para que eu iniciasse e conduzisse meu estudo se afirmou e se efetivou muito mais pelas relações e vínculos estabelecidos entre nós no campo de pesquisa do que por meio de documentos formais, como seriam as assinaturas por parte das interlocutoras do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): um documento exigido pelos comitês de ética, mas ainda extremamente inviável de ser efetivado em sua totalidade, pois que está baseado em uma concepção biomédica de pesquisa, apresentando uma série de complicações para as investigações antropológicas.

Realizar um estudo com pessoas que desempenham práticas ilegais e que não querem, de forma alguma, ser identificadas, ou ainda, que não desejam produzir provas contra si mesmas é totalmente inviável se formos pensar na formalidade da pesquisa em si e na assinatura de documentos que as identifique. A esse respeito Cardoso de Oliveira²⁴ sublinha:

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem, p.29.

Evidentemente, nas pesquisas sobre atividades ilícitas, o antropólogo não deverá ser capaz de convencer nenhum dos sujeitos pesquisados a assinar o termo de consentimento, porque, ao fazê-lo, os atores estariam “confessando” envolvimento em atividades criminais e, portanto, estariam se arriscando a ser presos.

Apesar das dificuldades formais características do estudo empreendido, houve obviamente um compromisso ético particularizado com as interlocutoras e que, certamente, obteve contornos próprios. Porém, o mais importante foi o consentimento reafirmado durante toda a pesquisa através das confianças, dos diálogos, das considerações e dos vínculos criados.

Desde o início da pesquisa, tinha consciência de que esse seria um terreno arriscado, permeado por práticas ilícitas, confianças, tensões, moralidades e segredos. Durante e após o campo, surgiram angústias diante do acesso a informações extremamente sigilosas e comprometedoras, e principalmente, muitas dúvidas de como fazer a análise dos dados, realizando a escrita da pesquisa em si, sem comprometer a mim e as interlocutoras.

Como alternativa de cuidado com essas questões e seguindo orientações científicas do campo antropológico, adotei pseudônimos para as interlocutoras, restringi e desvinculei algumas informações que pudessem identificá-las, relativas às suas histórias de vida e, ainda, alterei/omiti algumas situações referentes às práticas ilícitas praticadas por elas (nomes de locais, informações sobre vítimas, ou mesmo, o tempo em que as práticas ocorreram). Para tal escolha ético-metodológica, serviram-me de inspiração outros estudos antropológicos sobre pessoas praticantes de crimes, dentre eles: Aquino²⁵ e seu estudo sobre homens praticantes de assalto a instituições financeiras, onde todas as alusões e referências a datas, locais, nomes de pessoas, nomes de instituições e quantias roubadas são fictícias; e Biondi²⁶ com sua etnografia do PCC, que também opta por dar nomes fictícios a todos os nomes de detentos, ex-detentos e suas companheiras.

Em outros momentos de pesquisa, fui alertada pelas próprias interlocutoras de que determinada informação dita não poderia ser usada de maneira nenhuma no texto que iria escrever – “*Você não deduraria uma assassina, não é?*”; “*Isso que eu falei é só entre nós, tá?!*”. – A esse respeito Guilhem & Novaes²⁷ afirmam que deve ser respeitada tanto a decisão

²⁵ AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. *Príncipes e castelos de areia: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

²⁶ BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

²⁷ GUILHEM, Dirce; NOVAES, Maria Rita Carvalho Garbi. Ética e pesquisa social em saúde. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília (UNB), 2010.

do participante de retirar seu consentimento a qualquer momento e cancelar sua participação, quanto de solicitar que uma informação coletada não seja utilizada. Assim sendo, manter um equilíbrio entre as demandas da pesquisa em si, a confidencialidade, as questões éticas envolvidas e as possíveis consequências (para mim e para elas) de uma exposição pessoal foi um exercício constante. Apesar de saber que estava a lidar com conjunturas morais bastante polêmicas, meu compromisso maior era com as mulheres que se dispuseram a participar do estudo – questão ética intrínseca à minha atividade como antropóloga. Minha atenção estava voltada no respeito às suas personalidades, bem como na garantia da privacidade e da confidencialidade das mesmas para que não fossem, de maneira alguma, prejudicadas pela pesquisa.

O termo “privacidade”, aqui empregado, se refere ao direito que as interlocutoras têm, como sujeitos de uma pesquisa científica antropológica, de decidir e controlar o acesso e a veiculação das informações relativas a elas. E o termo “confidencialidade” se constitui no meu manejar dos dados para prevenir que a identidade delas não seja associada com as informações dadas. Aqui não se trata apenas de um direito de privacidade ou intimidade preservado por uma pesquisa científica, mas também, o direito que todo cidadão possui de não produzir provas contra si mesmo. A respeito dessa dimensão ética e do manejo dos dados de uma pesquisa científica Laraia²⁸ afirma:

(...) quando ganhamos a confiança de nossos informantes estabelecemos com os mesmos um acordo de honra. Nós trocamos as informações e a confiança de nossos informantes pela nossa discrição. Não faz parte de nossa ética utilizar de fraudes para obtenção de dados que desejamos conhecer. A utilização de procedimentos fraudulentos prejudica não só o autor dos mesmos, mas a reputação de nossa disciplina.

Portanto, por mais que eu estivesse próxima de uma realidade policialesca e recheada de fatos sigilosos, ilícitos e bastante comprometedores, não estava a fazer uma investigação policial, uma reportagem jornalística, ou mesmo, trabalhando como uma espiã disfarçada a colher informações incriminadoras para serem denunciadas à justiça. Estava a realizar uma pesquisa científica tendo a obrigação, como antropóloga, de proteger os dados alcançados sob essa condição de investigação.

Laraia alerta que a(o) antropóloga(o) deve proteger a confidencialidade dos dados obtidos, não lhe competindo realizar acareações ou utilizar indevidamente as informações que lhe foram fornecidas confidencialmente. A verdade se constituía no que estava sendo dito,

²⁸ LARAIA, Roque de B. *Ética e antropologia*: algumas questões. Série Antropologia, n.157, UNB, 1994, p.05.

real ou fantasiosa, certa ou errada, legal ou ilegal, era com essa “verdade” que eu que deveria trabalhar analiticamente.

Zaluar²⁹ também afirma que “a investigação de campo não tem os objetivos, os métodos e a ética da investigação policial”. A antropóloga destaca que a pesquisa etnográfica realizada com pessoas juridicamente fora da lei se monta na confiança entre entrevistador e entrevistado, mas também, e principalmente, ela tem que estar baseada na ética da garantia do anonimato e do sigilo sobre quem disse o quê.

O Código de Ética elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), apenas no final da década de 1980, aponta o trabalho da(o) antropóloga(o) atento ao respeito à vontade do sujeito da pesquisa, bem como, na garantia da preservação de sua intimidade e a segurança de que a sua contribuição à ciência não lhe seja prejudicial. O código recomenda, para isso, o resguardo das identidades da(o) pesquisada(o) e o direito da(o) pesquisadora(or) de preservar as informações confidenciais obtidas durante a pesquisa. O código define que os direitos das/os antropólogas/os devem estar subordinados aos direitos das populações estudadas, tendo como contrapartida as responsabilidades de objetividade e rigor inerentes ao exercício da prática científica.

Com base nessas questões, Aquino³⁰ pontua o quão são inadmissíveis eventuais prejuízos aos nossos interlocutores decorrentes do conhecimento que produzimos. A antropóloga reitera o “acordo de honra” apontado por Laraia e relata que sua preocupação em resguardar os seus entrevistados e proteger seus “segredos”, revelava-se uma postura compatível com o *ethos* de lealdade aos “nativos”, disseminado entre os praticantes da disciplina antropológica.

Assim, revelar os nomes das minhas interlocutoras ou os seus “segredos” advindos de suas práticas ilegais a mim confidenciais durante a pesquisa, quebrando o “acordo de honra” disseminado por Laraia e reforçado por Aquino, se constituiria na quebra de um código de ética científico-antropológico, mas também na descrença de uma ciência social desenvolvida a partir de reflexões fundamentadas teoricamente e que possam contribuir através dos seus resultados para a busca de soluções aos problemas apresentados na sociedade.

Tal qual Cardoso de Oliveira³¹, acredito que a divulgação dos resultados de uma pesquisa é que se constitui na verdadeira obrigação moral do pesquisador e essa tem por objetivo contribuir para o esclarecimento do problema social colocado em tela. Assim sendo,

²⁹ Ibidem, p.562.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

meu compromisso maior como pesquisadora não se constituiu na denúncia de mulheres praticantes de atividades ilícitas, mas sim, no esforço em formular questões e produzir análises relevantes socialmente por meio de reflexões e da divulgação dos resultados obtidos durante minha incursão etnográfica no universo dos significados das mulheres jovens com quem manteve contato. Nesse contorno, estou contribuindo com formas e dimensões diferenciadas no fazer enquanto cidadã e também enquanto cientista social.

Embora minha suposta e imaginável ação delatora das práticas ilícitas das mulheres pesquisadas pudesse ser louvada por alguns como um ato moralmente correto de cidadã, além do remorso que me acometeria por não ter honrado com minha palavra diante das interlocutoras, tantas vezes dada durante a inserção na pesquisa de campo, isso causaria sérias preocupações com minha integridade física por correr o risco de ser considerada por elas uma “dedo-duro” e, assim, provocar a ira de algumas a ponto de desejarem vingança pela palavra dada e não cumprida. Lembro de Che Guevara que quando se viu perdido na Quebrada del Yuro em meio aos soldados que o cercavam para matá-lo, disse: “Não disparem. Sou Che, e valho mais vivo do que morto”. Apesar de alguns seguidores negarem que tal afirmação sairia da boca do revolucionário, o que é válido lembrar é que, afinal, era preciso manter-me viva para mobilizar cientificamente alguma possibilidade de mudança social.

Portanto, antevendo julgamentos morais a respeito da referida pesquisa e dos resultados divulgados, faço uso das palavras de Fonseca³² quando afirma que “procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las, nem advogar sua preservação”. Logo, alerta que não sou uma cúmplice do crime e meu estudo não se tratou da realização de um relativismo simplista próximo a uma obrigatoriedade científica perdida de sentidos a colocar as práticas ilícitas quase que como atos louváveis. Situação parecida também preocupou Biondi³³, em sua pesquisa com a organização criminosa do PCC, na qual comenta que “dar voz ao nativo, ação tão presente nas práticas antropológicas, pode ser interpretado como ‘apologia ao crime’, previsto no Código Penal Brasileiro”. Do mesmo modo, sou assertiva em dizer que não fiz e não faço apologia ao crime, mas sim, dou voz a quem está nele. Essa voz não surge no texto etnográfico de forma crua, mas sim, construída, a partir de um artifício dialógico, polifônico e interpretativo, traço peculiar de minha profissão como antropóloga.

Escolhas metodológicas e impactos analíticos

³² FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p.09.

³³ *Ibidem*, p. 47.

Examinar e questionar os dados coletados é prática comum nas pesquisas acadêmicas de uma maneira geral. Porém, os dados estudados na referida pesquisa ganham uma conotação ainda mais desafiadora, posto que adquirem uma característica próxima ao ineditismo. Lembro que a minha situação de “livre” circulação entre os dois mundos: o da liberdade e o da prisão; o estar atenta aos meandros das interações sociais com as interlocutoras; as diferentes técnicas de contato utilizadas com as mulheres praticantes de atividades ilícitas; a demonstração de um respeito ético às informações pessoais ali disponibilizadas; bem como, as trocas proporcionadas por essas situações, possibilitaram-me como pesquisadora social, apoiada em bases antropológicas relativizadoras longe das amarras sociais patriarcais hierarquizantes e biologizantes, realizar práticas diferenciadas e, por vezes, inéditas de estudo, pesquisa e análise.

Porém, essas facilidades atuadas e visualizadas no campo não cegaram a possibilidade de olhar para outras questões analíticas necessárias de serem levadas em consideração e que podem ter tido interferência nas análises realizadas e nos resultados alcançados ao longo do estudo.

Um ponto importante de reflexão que merece atenção especial se constitui nas características que as interlocutoras demonstravam possuir, tanto no que se refere às suas supostas habilidades e competências como bandidas, quanto aos tipos de práticas ilícitas diferenciadas que elas afirmavam realizar em posição de liderança e comando – *“Teve uma hora lá na parada (assalto) que eu tava com a gerente do posto na minha mira, eu pedia a grana, a grana mesmo, a mais alta, e ela ficava dizendo que não tinha. Puxei ela pelos cabelos, chega foi bonito de ver, joguei ela no chão, mandei um dos meninos fazer roleta russa na cabeça dela (colocar apenas uma bala no pente do revólver e apertar o gatilho) até ela se cagar de medo e dar a chave do cofre. Porque a gente tem que atingir o psicológico da pessoa, a gente tem que mostrar que domina a situação. A vítima tem que ter certeza que vai morrer se não fizer direitinho o que a gente pede. Porque a gente tá ali pra tudo, matar ou morrer”*. – Essas pareciam ser características e práticas que se diferenciavam do discurso social mais comum de mulheres inseridas e atuantes no universo da criminalidade, tornando seus relatos possuidores de características que chegavam próximas ao um exotismo desafiador.

A meu ver, era fundamental estimulá-las positivamente a contar de suas escolhas e significados dados em suas atividades e empreendimentos ilícitos, sendo comum em minha prática dialógica no campo de pesquisa potencializar e estimular os relatos que demonstrassem as habilidades e competências contidas nos seus fazeres criminais, evitando

repetir discursos sociais que as reprimissem em suas falas de ousadia e coragem. Destaco que identifico dentro desta forma de comunicação, apesar de vantajosa no que se refere à escuta de relatos diferenciados, uma técnica que pode ter anulado algumas possibilidades de perceber com mais clareza incertezas e vulnerabilidades possíveis de estarem contidas nas ações e pensamentos das interlocutoras, ou ainda, ter facilitado a construção de alguns discursos estereotipados a respeito das práticas ilícitas.

Destaco que o ato de falar como uma pesquisadora que busca contato com mulheres praticantes de atividades ilícitas e que lança mão de uma lógica não vulnerabilizada da criminalidade feminina não é algo que acontece todos os dias e isso pode ter sido visto por algumas delas, em certos tempos, como uma interessante maneira de se sobressaírem para seus pares, quando em momentos de pesquisa em grupo (como prova de força e poder), para si mesmas (como reforço para a autoestima) e para a pesquisadora (como possibilidade de positivar suas práticas constantemente negativas socialmente), onde também se estava em jogo a capacidade performática contida em seus relatos criminosos.

Assim, era proporcionado a essas mulheres uma escuta positivada de suas proezas ilícitas, fato que transcendia as situações em que muitas delas estavam vivendo nos momentos de nossos contatos, tais como: a não possibilidade da prática de atividades ilícitas e a obrigação judicial de submeter-se a regras institucionais de controle e castigo que tendiam a punir atos e/ou discursos ilegais. Portanto, é possível que tenha ocorrido, por parte de algumas interlocutoras, a construção de relatos mais organizados e/ou enfeitados diante do menor uso de julgamentos morais tradicionais e normatizadores durante os encontros com a pesquisadora.

Essa foi uma opção pessoal de pesquisa posicionada, configurando a técnica adotada como fundamental para estimular as interlocutoras a falarem de suas escolhas e significados a respeito dos atos ilícitos que afirmavam praticar.

Nas conversas e entrevistas, não foram enfatizados os sofrimentos ou as fraquezas, que, embora estivessem presentes, quando apareciam, estavam sempre acompanhados de proezas e feitos que redimensionavam o significado de possíveis sentimentos negativos, positivando-os – *“Às vezes penso em sair dessa vida por causa do meu filhinho, ele tem um ano de idade, sei lá... Arranjar outra vida, mas acho que não sei fazer outra coisa. Ser certinha, sabe? Acho que nunca fui. Tenho medo de morrer e não ver ele crescer... Dos crimes que mais admiro é assalto a banco. Acho o máximo mulher que anda armada, que assalta banco intão, é o que há (...)Mas o melhor de tudo, a adrenalina mesmo é estar num carro de fuga, fugir da polícia, estar lá no meio do tiroteio. Ai é tudo ou nada. Adrenalina na*

veia”. – Identifico dentro dessa forma de comunicação que, apesar de vantajosa no que se refere à escuta de relatos diferenciados, apresenta-se como uma técnica que pode ter anulado algumas possibilidades de perceber com mais clareza incertezas e vulnerabilidades possíveis de estarem contidas nas ações e pensamentos das interlocutoras, e assim, pode ter facilitado a construção de certos discursos, por parte delas, estandardizados e estereotipados a respeito de suas práticas ilícitas.

Logo, compreendo que as mulheres com as quais conversei falavam da vida que levavam de modo empoderado, todavia ter e mostrar tal poder não significava que ele não fosse construído, narrado e encenado a partir não somente das proezas decantadas, mas também do sofrimento, do medo e das contradições que permeiam a vida de qualquer ser humano.

Considerações Finais

Para finalizar estas considerações, mas não para encerrar o debate, como cientista social, lembro que as realidades não devem ser julgadas simplesmente como leituras verdadeiras ou falsas, mas sim, como representações e expressões tidas e construídas nas interações propiciadas pela pesquisa de campo e mediadas pelo corpo teórico. Assim, em vez de banir tais representações, transformo-as em mais uma interessante fonte de análise que pode ser interpretada e reposicionada, possibilitando diversas abrangências que levem em conta as potencialidades e os limites das escolhas teórico-práticas utilizada em uma pesquisa.

Portanto, valorizo neste estudo mais do que simplesmente os dados coletados no ato das entrevistas, nos grupos focais realizados e nos momentos de convívio; o que também esteve em jogo constantemente nas análises são os momentos de compartilhamento, estranhamento, aproximação e significações ocorridas nas interações entre pesquisadora e pesquisadas, tendo o relativismo como ferramenta metodológica e possibilitadora de compreensão do ponto de vista das interlocutoras a partir de suas realidades.

Ressalto assim, a importância de contemplar os processos de produção de sentidos das interlocutoras desse estudo nas condições em que ocorreram e, desse modo, realizar uma mediação teórica a partir deles, pois que minha observação participante envolveu-se dos encontros e diálogos com elas nos momentos e situações posteriores e decorrentes de suas práticas ilícitas, fato que não removeu a possibilidade de que seus comportamentos e empreendimentos pudessem ser analisados e direcionados como dados científicos passíveis de interpretação.

Referências

- AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. *Príncipes e castelos de areia: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza de Borges; revisão técnica: Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. “A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília (UNB), 2010.
- DaMATTA, Roberto. “O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org). *A aventura sociológica*. Biblioteca de ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FERREIRA, Luciane Ouriques. “A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e Regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília (UNB), 2010.
- FLEISCHER, Soraya; BONETTI, Alinne (orgs). “Etnografia arriscada: dos limites entre vicissitudes e ‘riscos’ no fazer etnográfico contemporâneo”. In: *Revista Teoria & Pesquisa*. v. XIX, n.02. UFSCar, 2010.
- FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução Márcia L. de Oliveira; revisão técnica Karina Kuschnir; apresentação Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Tradução Vera Ribeiro; revisão técnica: Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- GUILHEM, Dirce; NOVAES, Maria Rita Carvalho Garbi. Ética e pesquisa social em saúde. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília (UNB), 2010.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- LARAIA, Roque de B. *Ética e antropologia: algumas questões*. Série Antropologia, n.157, UNB, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. Coleção Os Pensadores, 43. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *In: Cadernos Pagu*. v.14, pp.13-44, 2000.

MOORE, Henrietta. *Antropología Y Feminismo*. Madri: Ediciones Cátedra; Universitat de València; Instituto de La Mujer, cuarta edición, 2004.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana M.. Recife, 2012. *Crime é “coisa de mulher”*: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana M.. *Meninos bandidos?* Interfaces entre Criminalidade e Identidade Masculina em Homens Jovens. Recife, 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

RIFIOTIS, Theophilos. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais. *In: Revista de Ciências Sociais/UFC*. Fortaleza: v.37, n.2, pp.27-33, 2006.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência e poder: avesso do avesso? *In: NOBRE, Renato Freire (org.). O pensamento social: dissonâncias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SCOTT, Russel Parry. Relatos de violência e a masculinidade juvenil *In: QUADROS, Marion Teodósio de; LEWIS, Liana (orgs.). Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência*. Recife: Editora Universitária da UFPE, série Família e Gênero n.13, 2011.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *In: MANA*. Rio de Janeiro: v.15, n.2: pp.557-584, 2009.